

RICARDO ANTONIO ANDREUCCI

Procurador de Justiça Criminal do Ministério Público de São Paulo.
Doutor e Mestre em Direito. Pós-doutor pela Universidade de Messina – Itália.
Coordenador pedagógico da Andreucci Educacional.
Professor universitário e de cursos preparatórios às carreiras jurídicas e OAB.

Legislação PENAL Especial

14ª edição
atualizada e ampliada

2019

saraiva  jur

ISBN 978-85-53604-91-3

DAOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057



Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Aline Darcy Flôr de Souza

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Carolina Mihoko Massanhi
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Fernanda Matajs
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Márcia Cordeiro
Fernando Penteado
Mônica Gonçalves Dias
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Fernando Alves

Diagramação Fabricando Ideias Design Editorial
Revisão Lígia Alves
Capa IDÉE arte e comunicação

Produção gráfica Mari Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Ricargraf

Andreucci, Ricardo Antonio

Legislação penal especial / Ricardo Antonio Andreucci. –
14. ed. atual. e ampli. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

1. Direito penal - Legislação - Brasil I. Título.

18-1516 CDU 343.3/7(81)(094.56)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Legislação penal especial : Comentários :
Direito penal 343.3/7(81)(094.56)
2. Legislação penal especial : Comentários :
Brasil : Direito penal 343.3/7(81)(094.56)

Data de fechamento da edição: 21-12-2018

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605371 CAE 630787

Sumário

<i>Prefácio</i>	35
<i>Nota à 14ª edição</i>	39
1. Abuso de Autoridade – Lei n. 4.898/65	41
1. Direito de representação	41
2. Abuso de autoridade	42
3. Autoridade para efeitos da lei.....	44
4. Sanções	44
4.1. Sanções administrativas.....	45
4.2. Sanções civis.....	45
4.3. Sanções penais	45
4.4. Pena autônoma ou acessória.....	45
5. Inquérito administrativo.....	46
6. Ação penal – Juizado Especial Criminal	46
7. Defesa preliminar do funcionário público	47
8. Competência	47
2. Agrotóxicos – Lei n. 7.802/89	50
1. Noções gerais	50
2. Dos crimes e das penas	50
3. Apresentação e Uso de Documentos de Identificação Pessoal – Lei n. 5.553/68	53
4. Arguição de Inelegibilidade – Lei Complementar n. 64/90	56
1. Noções gerais	56
2. Crime em espécie	56
5. Biossegurança – Lei n. 11.105/2005	58
1. Introdução	58
2. Terminologia legal	58
3. Responsabilidade civil e administrativa	60
4. Dos crimes e das penas	60
6. Código de Trânsito Brasileiro – Lei n. 9.503/97	65
1. Normas gerais do Código Penal aplicáveis aos crimes de trânsito.....	65
1.1. Dolo	65

1.1.1. Crime doloso	65
1.1.2. Conceito de dolo	65
1.1.3. Teorias sobre o dolo	65
1.1.4. Teoria adotada pelo Brasil	65
1.1.5. Espécies de dolo	66
1.2. Crime culposo	66
1.2.1. Cuidado objetivo	66
1.2.2. Previsibilidade	67
1.2.3. Elementos do fato típico culposo	67
1.2.4. Imprudência, negligência e imperícia	67
1.2.5. Espécies de culpa	67
1.2.6. Excepcionalidade do crime culposo	68
1.2.7. Outras questões referentes à culpa	68
2. Aplicação da Lei n. 9.099/95 aos crimes de trânsito	68
3. Suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor	70
3.1. Pena principal, isolada ou cumulada	70
3.2. Prazo de duração	70
3.3. Entrega do documento à autoridade judiciária	70
3.4. Início da penalidade	70
3.5. Medida cautelar	70
3.6. Comunicação da penalidade	71
3.7. Reincidência em crime de trânsito	71
4. Multa reparatória	71
5. Circunstâncias agravantes	71
6. Prisão em flagrante em crimes de trânsito	72
7. Crimes em espécie	72
7.1. Homicídio culposo	72
7.2. Lesão corporal culposa	75
7.3. Omissão de socorro	76
7.4. Fuga do local do acidente	78
7.5. Embriaguez ao volante	79
7.6. Violação de suspensão ou proibição de se obter permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor	82
7.7. Participação em competição não autorizada – “racha”	82
7.8. Direção sem habilitação	83

7.9. Entrega da direção de veículo automotor a pessoa não autorizada.....	85
7.10. Tráfego em velocidade incompatível com a segurança.....	86
7.11. Fraude processual.....	86
7.12. Penas restritivas de direitos.....	87
7. Criança e Adolescente - Lei n. 8.069/90.....	88
1. Os direitos da criança e do adolescente na Constituição Federal. Teoria da proteção integral.....	88
2. O Estatuto da Criança e do Adolescente: concepção, estrutura e princípios. Direitos fundamentais.....	90
3. Política de atendimento.....	91
4. Medidas de proteção. Medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis.....	92
5. Ato infracional (direito material).....	92
6. Crimes e infrações administrativas.....	93
6.1. Legislação.....	93
6.2. Colocação do assunto no ECA.....	93
6.3. Crimes no ECA.....	93
6.4. Disposições gerais.....	93
6.5. Competência em relação aos crimes contra a criança e o adolescente.....	93
6.5.1. Justiça Estadual e Justiça Federal.....	93
6.6. Os crimes em espécie do ECA.....	94
6.6.1. Crimes relacionados a hospitais e centros de saúde (arts. 228 e 229).....	94
6.6.2. Crimes relacionados a atos infracionais (arts. 230 a 235).....	94
6.6.3. Crimes relacionados à atuação da autoridade judiciária, membro do Ministério Público e membro do Conselho Tutelar (art. 236).....	94
6.6.4. Crimes relacionados à colocação irregular em família substituta (arts. 238 e 239).....	94
6.6.5. Crimes relacionados a pornografia, sexo explícito ou exploração sexual e corrupção (arts. 240, 241, 241-A, 241-B, 241-C, 241-D, 241-E, 244-A e 244-B).....	94
6.7. Infrações administrativas.....	94
6.8. A infiltração de agentes de polícia para investigação de crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente.....	95
7. Análise dos crimes em espécie.....	96
7.1. Omissão do registro de atividades ou do fornecimento da declaração de nascimento.....	96
7.2. Omissão de identificação do neonato e da parturiente ou de exames necessários.....	96

7.3. Privação de liberdade da criança ou do adolescente, fora dos casos permitidos ou sem observância das formalidades legais	97
7.4. Omissão da comunicação de apreensão de criança ou de adolescente.....	97
7.5. Submissão de criança ou adolescente a vexame ou a constrangimento.....	98
7.6. Submissão da criança ou do adolescente à tortura (art. 233)	98
7.7. Omissão da imediata liberação de criança ou adolescente, em face da ilegalidade da apreensão	98
7.8. Descumprimento injustificado de prazo fixado em lei.....	99
7.9. Impedimento ou embaraço da ação de autoridade.....	99
7.10. Subtração de criança ou adolescente	100
7.11. Promessa ou entrega de filho ou pupilo.....	100
7.12. Envio ilícito ou para fins lucrativos de criança ou adolescente para o exterior..	101
7.13. Utilização de criança ou adolescente em cena pornográfica ou de sexo explícito	102
7.14. Fotografia, vídeo ou registro de cena de sexo explícito ou pornográfica.....	103
7.15. Transação de fotografia, vídeo ou outro registro de cena de sexo explícito ou pornográfica	103
7.16. Aquisição, posse ou armazenamento de fotografia, vídeo ou registro de cena de sexo explícito ou pornográfica.....	105
7.17. Simulação de participação de criança ou adolescente em cena de sexo explícito ou pornográfica	106
7.18. Aliciamento, assédio, instigação ou constrangimento para a prática de ato libidinoso.....	107
7.19. Cena de sexo explícito ou pornográfica	107
7.20. Venda, fornecimento ou entrega de arma, munição ou explosivo a criança ou adolescente	108
7.21. Venda, fornecimento ou entrega, sem justa causa, a criança ou adolescente de produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica	108
7.22. Venda, fornecimento ou entrega de fogos de estampido ou de artifício a criança ou adolescente	109
7.23. Submissão de criança ou adolescente à prostituição e à exploração sexual	109
7.24. Corrupção de criança ou adolescente	110
8. A proteção da criança e do adolescente em juízo: individual e coletiva	114
8. Crime da Lei de Alimentos – Lei n. 5.478/68	115
1. Introdução	115
2. Crime em espécie	115
9. Crime Organizado – Lei n. 12.850/2013	117
1. A evolução legislativa da definição de crime organizado, organização criminosa e associação criminosa.....	117

1.1. Noções gerais	117
1.2. Organizações criminosas na Lei n. 10.217/2001	117
1.3. A Convenção de Palermo	118
1.4. Colegiado para o processo e julgamento dos crimes praticados por organizações criminosas	118
1.5. Nova sistemática instituída pela Lei n. 12.850/2013	120
1.6. Crime organizado e contravenção penal.....	121
1.7. Crime organizado por natureza e crime organizado por extensão	122
2. Âmbito de aplicação da lei	122
3. Procedimentos de investigação e formação de provas.....	122
3.1. Colaboração premiada.....	122
3.2. Captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos	123
3.3. Ação controlada.....	124
3.4. Acesso a registros de ligações telefônicas e telemáticas, a dados cadastrais constantes de bancos de dados públicos ou privados e a informações eleitorais ou comerciais	125
3.5. Intercepção de comunicações telefônicas e telemáticas, nos termos da legislação específica	126
3.6. Afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal, nos termos da legislação específica	126
3.7. Infiltração, por policiais, em atividade de investigação.....	127
3.8. Cooperação entre instituições e órgãos federais, distritais, estaduais e municipais na busca de provas e informações de interesse da investigação ou da instrução criminal	128
4. Dos crimes.....	130
5. Disposições processuais e prazo para encerramento da instrução criminal.....	130
6. Sigilo da investigação.....	130
10. Crimes contra a Ordem Econômica – Lei n. 8.176/91.....	131
11. Crimes de Preconceito de Raça e Cor – Lei n. 7.716/89	136
1. Noções gerais	136
1.1. Racismo, discriminação e preconceito.....	136
1.2. Raça, cor, etnia, religião e procedência nacional.....	137
1.3. Injúria por preconceito.....	137
1.4. “Lei Afonso Arinos”.....	138
2. Dos crimes e das penas	138
12. Crimes de Responsabilidade dos Prefeitos – Decreto-Lei n. 201/67	147
1. Dos crimes em espécie	147

2. Das penas	147
3. Da ação penal	148
4. Do processo	148
4.1. Defesa preliminar	148
4.2. Prisão preventiva e afastamento do exercício do cargo	148
5. Do inquérito policial	148
6. Do foro competente para a ação penal	149
7. Crimes cometidos antes e após o exercício do cargo	149
8. Crimes cometidos no exercício do cargo e término do mandato	149
9. Continência e conexão	149
10. Do julgamento e recurso	150
11. Dos efeitos da condenação	150
12. Da situação do ex-prefeito	150
13. Crimes do Estatuto do Torcedor – Lei n. 10.671/2003	151
1. Introdução	151
2. Crimes em espécie	151
2.1. Tumulto ou violência desportiva. Invasão de local restrito a competidores	151
2.1.1. Figuras assemelhadas	153
2.1.2. Pena impeditiva	154
2.1.3. Obrigação suplementar	155
2.1.4. Juizado Especial Criminal	156
2.2. Corrupção passiva desportiva	156
2.3. Corrupção ativa desportiva	157
2.4. Estelionato desportivo	158
2.5. Cambismo	158
2.6. Favorecimento ao cambismo	161
14. Crimes Falimentares – Lei n. 11.101/2005	162
1. Noção de crime falimentar	162
2. Eficácia da lei penal no tempo e os novos crimes falimentares	163
3. Crimes de dano ou de perigo	164
4. Classificação dos crimes falimentares	164
4.1. Quanto ao sujeito ativo	164
4.1.1. Crimes próprios	164
4.1.2. Crimes impróprios	165
4.1.3. Concurso de agentes	165
4.2. Quanto ao momento da execução	165

4.2.1. Crimes antefalimentares	165
4.2.2. Crimes pós-falimentares	165
5. Crimes concursais	165
6. Objeto jurídico dos crimes falimentares.....	166
7. Objeto material dos crimes falimentares	166
8. Unidade do crime falimentar	166
9. Condição objetiva de punibilidade dos crimes falimentares	167
10. Dos crimes falimentares em espécie	167
10.1. Fraude a credores	167
10.2. Violação de sigilo empresarial	171
10.3. Divulgação de informações falsas	172
10.4. Indução a erro	173
10.5. Favorecimento de credores	174
10.6. Desvio, ocultação ou apropriação de bens.....	175
10.7. Aquisição, recebimento ou uso ilegal de bens.....	176
10.8. Habilitação ilegal de crédito	177
10.9. Exercício ilegal de atividade	178
10.10. Violação de impedimento	179
10.11. Omissão dos documentos contábeis obrigatórios.....	180
11. Efeitos da condenação	181
12. Prescrição dos crimes falimentares	182
13. Procedimento do crime falimentar	183
13.1. Competência do juiz criminal	183
13.2. Ação penal	185
13.3. Procedimento judicial.....	185
13.4. Juizado Especial Criminal e os crimes falimentares.....	186
15. Crimes Hediondos – Lei n. 8.072/90	188
1. Noção de crime hediondo.....	188
2. Anistia, graça e indulto	189
3. Fiança e liberdade provisória	190
4. Fiança e liberdade provisória em tráfico de drogas	193
5. Regime inicialmente fechado.....	194
6. Suspensão condicional da pena em crimes hediondos	195
7. Penas restritivas de direitos em crimes hediondos	196
8. Recolhimento à prisão para apelar.....	199
9. Prisão temporária em crimes hediondos	201

10. Estabelecimento prisional de segurança máxima	201
11. Livramento condicional em crimes hediondos.....	201
12. Associação criminosa para a prática de crimes hediondos	201
13. Delação premiada.....	202
14. Causas especiais de aumento de pena.....	202
15. Contagem em dobro dos prazos procedimentais	203
16. Desarmamento – Lei n. 10.826/2003.....	204
1. A descriminalização do uso de arma de brinquedo	204
2. Crimes em espécie	205
2.1. Posse irregular de arma de fogo de uso permitido	205
2.2. Omissão de cautela	206
2.3. Porte de arma de fogo de uso permitido	208
2.3.1. Porte ilegal de arma e outros crimes.....	209
2.3.2. Crime inafiançável.....	211
2.4. Disparo de arma de fogo	211
2.4.1. Crime inafiançável.....	212
2.5. Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito	212
2.6. Supressão ou alteração de marca, numeração ou sinal de identificação de arma de fogo ou artefato.....	214
2.7. Modificação das características da arma de fogo	215
2.8. Posse, detenção, fabricação ou emprego de artefato explosivo ou incendiário ...	215
2.9. Porte de arma de fogo de numeração raspada.....	216
2.10. Venda, entrega ou fornecimento de arma de fogo, acessório, munição ou explosivo a criança ou adolescente.....	216
2.10.1. Revogação do art. 242 do ECA.....	216
2.11. Produção, recarga, reciclagem ou adulteração de munição ou explosivo	217
2.12. Comércio ilegal de arma de fogo	217
2.13. Tráfico internacional de arma de fogo	218
2.14. Causas especiais de aumento de pena	218
2.15. Fiança e liberdade provisória	219
17. Drogas – Lei n. 11.343/2006	220
1. Noções gerais	220
1.1. Estrutura da Lei n. 11.343/2006.....	220
1.2. Do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD.....	220
1.3. Nova terminologia para substâncias entorpecentes.....	221
1.4. Terminologia da Organização Mundial da Saúde (OMS).....	222

1.5. Classificação do uso de drogas segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS).....	222
1.6. Tratamento da toxicomania	223
1.7. Prevenção do uso de drogas	223
1.7.1. Tipos de intervenção preventiva	223
1.8. Substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica	224
1.8.1. Cocaína.....	224
1.8.2. Maconha	226
1.8.3. Colas, solventes e aerossóis.....	226
1.8.4. Ansiolíticos e hipnóticos.....	227
1.8.5. Opioides e outros analgésicos narcóticos.....	229
1.8.6. Anfetaminas e medicamentos anorexígenos.....	234
1.8.7. Medicamentos anticolinérgicos	234
1.8.8. Substâncias alucinógenas	235
2. Dos crimes e das penas	235
2.1. Posse para consumo pessoal	235
2.1.1. Posse conjunta e compartilhamento da droga	239
2.1.2. Quantidade ínfima de tóxico	240
2.1.3. A conduta “fumar” e o uso pretérito da droga	241
2.1.4. Plantação para consumo pessoal	241
2.1.5. Posse de sementes	242
2.1.6. Prisão em flagrante.....	243
2.2. Tráfico de drogas	243
2.2.1. Matéria-prima	245
2.2.2. Semeação e cultivo	246
2.2.3. Utilização de local.....	247
2.2.4. Instigação, induzimento ou auxílio ao uso.....	247
2.2.5. Oferecimento de droga para consumo conjunto	249
2.2.6. Causa de diminuição de pena (tráfico privilegiado)	250
2.2.7. Quantidade de droga e tráfico.....	252
2.2.8. Traficante e viciado.....	254
2.2.9. Flagrante preparado e crime impossível.....	254
2.2.10. Penas restritivas de direitos	256
2.2.11. Crime assemelhado a hediondo – fiança e liberdade provisória.....	257
2.2.12. Apelação em liberdade	259
2.2.13. Tráfico internacional e competência	261

2.2.14. Lança-perfume	261
2.2.15. Continuidade delitiva – aplicação do art. 70 do Código Penal	263
2.3. Aparelhagem para a produção de substância entorpecente	263
2.4. Associação para o tráfico	264
2.4.1. Associação para o financiamento ou custeio do tráfico	266
2.4.2. Associação para o tráfico e associação criminosa	266
2.4.3. Associação para o tráfico e tráfico ilícito de drogas	266
2.4.4. Associação para o tráfico e crime hediondo	267
2.4.5. Livramento condicional e associação para o tráfico	268
2.5. Financiamento ou custeio do tráfico de drogas	269
2.6. Colaboração ao tráfico	270
2.7. Prescrição culposa	272
2.8. Condução de embarcação ou aeronave após o consumo de drogas	273
2.9. Causas especiais de aumento de pena	273
2.9.1. Delito transnacional	274
2.9.2. Agente que se prevalece da função pública	275
2.9.3. Crimes da Lei de Drogas e estabelecimentos de ensino, hospitalares, prisões etc.	275
2.9.4. Crime praticado mediante violência, grave ameaça, emprego de arma de fogo ou processo de intimidação	276
2.9.5. Tráfico interestadual	276
2.9.6. Crime envolvendo ou visando a criança, adolescente ou pessoa com capacidade diminuída ou suprimida	276
2.9.7. Financiamento ou custeio da prática do crime	277
2.10. Colaboração voluntária	277
2.11. Circunstâncias preponderantes	278
2.12. Fixação da pena de multa	278
2.13. Fiança, <i>sursis</i> , graça, indulto, anistia, liberdade provisória e penas restritivas de direitos	279
2.14. Dependência e imputabilidade	280
2.14.1. Conceito de dependência	281
2.14.2. Viciado e dependente	281
2.14.3. Medida de segurança	281
2.14.4. Aplicação da isenção de pena a outros delitos	282
2.14.5. Incidente de dependência toxicológica	282
2.15. Semi-imputabilidade	282

3. Do procedimento criminal.....	283
3.1. Procedimento em caso de posse para consumo pessoal.....	283
3.2. Procedimento em caso de tráfico de drogas	284
3.3. Busca e apreensão domiciliar	287
3.4. Busca pessoal.....	289
3.5. Busca em veículo	289
3.6. Flagrante preparado e crime impossível.....	290
3.7. Proteção a colaboradores e testemunhas	291
3.8. Infiltração policial e entrega vigiada.....	291
3.8.1. Infiltração	291
3.8.2. Entrega vigiada.....	292
3.8.3. Outros procedimentos investigatórios.....	293
3.9. Prisão temporária e tráfico de drogas.....	294
3.10. Laudo de constatação	294
3.11. Laudo de exame químico toxicológico.....	295
3.12. Competência da Justiça Estadual e da Justiça Federal	295
3.13. Destino da substância entorpecente apreendida.....	296
3.14. Medidas assecuratórias.....	297
3.15. Utilização dos bens apreendidos	297
3.16. Confisco	298
18. Economia Popular – Lei n. 1.521/51	299
1. Crimes e contravenções contra a economia popular	299
2. Crimes em espécie	300
3. Crime de usura real ou pecuniária.....	305
4. Suspensão condicional da pena e livramento condicional.....	307
5. Interdição temporária de direitos e suspensão provisória.....	307
6. Recurso de ofício	307
7. Prova pericial.....	308
8. Procedimento	308
9. Júri de economia popular	309
19. Estatuto do Índio – Lei n. 6.001/73	311
1. A situação jurídica do índio no Brasil.....	311
2. Das normas penais.....	311
3. Dos crimes contra os índios	312
20. Execução Penal – Lei n. 7.210/84	314
1. Noções gerais sobre execução penal.....	314

1.1. Conceito de execução penal.....	314
1.2. Finalidade da Lei de Execução Penal quanto às penas e às medidas de segurança.....	314
1.3. Natureza jurídica da execução penal.....	314
1.4. Autonomia do Direito de Execução Penal ou Direito Penitenciário.....	315
1.5. Humanização da execução penal.....	315
1.6. Garantias processuais.....	316
1.7. A relação jurídica na execução penal.....	316
1.8. Competência.....	316
2. Princípios da execução penal.....	317
2.1. Princípio da legalidade.....	317
2.2. Princípio da isonomia.....	318
2.3. Princípio da personalização da pena.....	318
2.3.1. Classificação dos condenados e individualização da pena.....	318
2.3.2. Comissão técnica de classificação.....	318
2.4. Princípio da jurisdicionalidade.....	320
2.5. Princípio reeducativo.....	320
3. Direitos do condenado.....	320
3.1. Direito ao sigilo da correspondência.....	321
3.2. Direito à visita íntima.....	322
3.3. Direitos políticos.....	323
4. Deveres do condenado.....	324
4.1. Faltas disciplinares dos condenados.....	325
4.2. A posse de telefone celular.....	325
4.3. Regime Disciplinar Diferenciado.....	326
4.4. Apuração das faltas disciplinares e aplicação das sanções.....	327
5. Órgãos da execução penal.....	329
5.1. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.....	329
5.2. Juízo da execução.....	330
5.2.1. Jurisdição.....	330
5.2.2. Juiz competente.....	330
5.2.3. Atribuições do juízo da execução.....	331
5.2.3.1. Aplicação da lei mais benigna.....	331
5.2.3.2. Declaração de extinção da punibilidade.....	331
5.2.3.3. Decisão sobre soma ou unificação de pena.....	331
5.2.3.4. Decisão sobre progressão ou regressão de regime.....	332
5.2.3.4.1. Progressão de regime.....	332

5.2.3.4.2. Regressão de regime	334
5.2.3.4.2.a. Regressão cautelar	334
5.2.3.4.3. Decisão sobre detração de pena	335
5.2.3.4.4. Decisão sobre remição de pena	335
5.2.3.4.5. Decisão sobre suspensão condicional da pena ..	337
5.2.3.4.6. Decisão sobre livramento condicional	338
5.2.3.4.7. Decisão sobre incidentes da execução	338
5.2.3.4.8. Autorização de saídas temporárias	338
5.2.3.4.9. Determinação da forma de cumprimento da pena restritiva de direitos e fiscalização de sua execução	339
5.2.3.4.10. Determinação da conversão da pena restritiva de direitos e de multa em privativa de liberdade	341
5.2.3.4.11. Determinação da conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos.....	341
5.2.3.4.12. Determinação da aplicação da medida de segu- rança, bem como da substituição da pena por medida de segurança.....	341
5.2.3.4.13. Determinação da revogação da medida de se- gurança e da desinternação e restabelecimento da situação anterior	342
5.2.3.4.14. Determinação do cumprimento de pena ou de medida de segurança em outra comarca	342
5.2.3.4.15. Determinação da remoção do condenado na hipótese prevista no § 1º do art. 86 da LEP...	342
5.2.3.4.16. Zelo pelo correto cumprimento da pena e da medida de segurança.....	342
5.2.3.4.17. Inspeção mensal dos estabelecimentos penais, tomando providências para o adequado funcio- namento e promovendo, quando for o caso, a apuração de responsabilidade	342
5.2.3.4.18. Interdição, no todo ou em parte, de estabele- cimento penal que estiver funcionando em condições inadequadas ou com infringência aos dispositivos desta Lei	343
5.2.3.4.19. Compor e instalar o Conselho da Comunidade	343
5.2.3.4.20. Emissão anual de atestado de pena a cumprir .	343

5.3. Ministério Público	344
5.4. Conselho Penitenciário.....	344
5.5. Departamentos penitenciários	344
5.6. Patronato	345
5.7. Conselho da Comunidade.....	345
5.8. Defensoria Pública	346
6. Estabelecimentos penais.....	346
6.1. Prisão especial	347
6.2. Penitenciária	349
6.3. Colônia agrícola, industrial ou similar	349
6.4. Casa do Albergado	351
6.5. Centro de Observação	351
6.6. Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	352
6.7. Cadeia pública	352
7. Execução das penas em espécie	353
7.1. Penas privativas de liberdade	353
7.1.1. Execução provisória.....	353
7.1.2. Superveniência de doença mental	354
7.1.3. Cumprimento e extinção da pena	354
7.1.4. Dos regimes	354
7.1.4.1. Regimes de cumprimento de pena privativa de liberdade – fechado, semiaberto e aberto.....	354
7.1.5. Progressão de regime	355
7.1.5.1. Sistema progressivo de execução da pena privativa de liberdade	355
7.1.5.1.1. Requisito objetivo (temporal).....	358
7.1.5.1.2. Requisito subjetivo (mérito).....	359
7.1.5.1.3. Exame criminológico	360
7.1.5.1.4. Progressão especial.....	360
7.1.5.1.5. Progressão por salto.....	361
7.1.5.1.6. Competência para decidir sobre a progressão ..	361
7.1.5.1.7. Falta grave e progressão de regime	361
7.1.5.1.8. Tempo máximo de cumprimento de pena privativa de liberdade e progressão de regime	362
7.1.5.1.9. Falta de vagas e progressão de regime	363
7.1.5.2. Progressão para o regime aberto.....	365

7.1.5.2.1. Prisão albergue domiciliar	366
7.1.6. Regressão de regime	367
7.1.6.1. Introdução	367
7.1.6.2. Causas da regressão	368
7.1.6.2.1. Prática de fato definido como crime doloso	368
7.1.6.2.2. Prática de falta grave	368
7.1.6.2.3. Condenação, por crime anterior, cuja pena, so- mada ao restante da pena em execução, torne incabível o regime	369
7.1.6.2.4. Frustrar os fins da execução	369
7.1.6.2.5. Não pagar, podendo, a multa cumulativamente imposta	369
7.1.7. Autorizações de saída	369
7.1.7.1. Generalidades	369
7.1.7.2. Permissão de saída.....	369
7.1.7.3. Saída temporária.....	370
7.1.7.3.1. Hipóteses autorizadoras e requisitos	370
7.1.7.3.2. Competência	371
7.1.7.3.3. Prazo.....	371
7.1.7.3.4. Revogação do benefício	372
7.1.7.3.5. Recuperação do direito.....	372
7.1.8. Remição.....	372
7.1.8.1. Noções gerais	372
7.1.8.2. Remição pelo estudo.....	373
7.1.8.3. Estabelecimento que não dispõe de condições para o trabalho	374
7.1.8.4. Perda dos dias remidos	374
7.1.8.5. Remição pela leitura	375
7.1.9. Suspensão condicional da pena – <i>sursis</i>	376
7.1.9.1. Noções gerais	376
7.1.9.2. Conceito	376
7.1.9.3. Sistemas	376
7.1.9.4. Formas	376
7.1.9.5. Requisitos.....	377
7.1.9.6. Período de prova.....	377
7.1.9.7. Condições.....	378

7.1.9.8. Revogação do <i>sursis</i>	378
7.1.9.8.1. Cassação do <i>sursis</i>	378
7.1.9.8.2. Restabelecimento do <i>sursis</i>	378
7.1.9.9. Prorrogação do <i>sursis</i>	378
7.1.9.10. Execução do <i>sursis</i>	379
7.1.9.11. <i>Sursis</i> sem efeito ou ineficaz	379
7.1.9.12. Crime hediondo	379
7.1.10. Livramento condicional	380
7.1.10.1. Requisitos	380
7.1.10.2. Concessão	380
7.1.10.3. Condições	381
7.1.10.4. Revogação	381
7.1.10.5. Restauração do livramento	382
7.1.10.6. Prorrogação do livramento	382
7.1.10.7. Extinção do livramento	382
7.1.10.8. Juízo da execução	382
7.2. Penas restritivas de direitos	383
7.2.1. Introdução	383
7.2.2. Espécies	383
7.2.2.1. Prestação pecuniária	383
7.2.2.1.1. Prestação de outra natureza	383
7.2.2.2. Perda de bens ou valores	384
7.2.2.3. Prestação de serviços à comunidade	384
7.2.2.4. Interdição temporária de direitos	384
7.2.2.5. Limitação de fim de semana	385
7.2.2.6. Cabimento	385
7.3. Pena de multa	385
7.3.1. Conceito	385
7.3.2. Cominação e aplicação	386
7.3.3. Pagamento da multa	386
7.3.4. Execução da pena de multa	386
7.4. Medida de segurança	387
7.4.1. Conceito	387
7.4.2. Pressupostos de aplicação	388

7.4.3. Espécies	388
7.4.4. Prazo de duração	388
7.4.5. Medida de segurança substitutiva	389
7.4.6. Execução da medida de segurança	389
7.4.6.1. Ausência de vagas para internação	390
8. Incidentes da execução	390
8.1. Introdução	390
8.2. Conversões	390
8.2.1. Conversão da pena privativa de liberdade em pena restritiva de direitos	390
8.2.2. Conversão da pena privativa de liberdade em medida de segurança ..	391
8.2.3. Conversão da pena restritiva de direitos em pena privativa de liberdade	391
8.3. Excesso ou desvio	392
8.3.1. Excesso	392
8.3.2. Desvio	392
8.3.3. Competência para suscitar o incidente	392
8.4. Anistia e indulto	392
8.4.1. Anistia	392
8.4.1.1. Procedimento	393
8.4.2. Indulto	393
8.4.2.1. Indulto individual – procedimento	394
8.4.2.2. Indulto coletivo – procedimento	394
9. Recursos na execução penal	394
21. Fiscalização na Elaboração de Substâncias Entorpecentes – Lei n. 10.357/2001	396
22. Forma e Apresentação dos Símbolos Nacionais – Lei n. 5.700/71	400
1. Introdução	400
2. Da contravenção em espécie	400
23. Genocídio – Lei n. 2.889/56	402
1. Noções gerais sobre o genocídio	402
2. Crime de genocídio	403
24. Identificação Criminal – Lei n. 12.037/2009	407
1. Identificação criminal	407
2. Análise das hipóteses legais	408
25. Idoso – Lei n. 10.741/2003	414
1. Introdução	414

2. Dos crimes em espécie	416
2.1. Discriminação por motivo de idade	416
2.2. Omissão de socorro.....	417
2.3. Abandono de idoso	417
2.4. Maus-tratos a idoso	418
2.5. Outros crimes	418
2.5.1. Inciso I.....	419
2.5.2. Inciso II.....	419
2.5.3. Inciso III.....	419
2.5.4. Inciso IV	420
2.5.5. Inciso V	420
2.6. Desobediência	421
2.7. Apropriação indébita.....	421
2.8. Recusa de acolhimento ou permanência de idoso	422
2.9. Retenção indevida de cartão magnético ou outro documento.....	423
2.10. Veiculação de dados depreciativos do idoso.....	423
2.11. Induzimento de pessoa idosa a outorgar procuração.....	424
2.12. Coação do idoso a doar, contratar, testar ou outorgar procuração	425
2.13. Lavratura de ato notarial sem representação legal do idoso	425
2.14. Impedimento ou embaraço a ato do representante do Ministério Público.....	426
3. Alterações introduzidas pelo Estatuto do Idoso no Código Penal e na legislação especial	427
26. Improbidade Administrativa – Lei n. 8.429/92	428
1. Proibidade administrativa	428
1.1. Fundamento constitucional da proibidade administrativa	428
1.2. Finalidade dos princípios constitucionais.....	428
2. Administração Pública	428
2.1. Conceito de Administração Pública	428
2.2. Natureza da Administração Pública.....	428
2.3. Finalidade da Administração Pública	428
2.4. Princípios da Administração Pública	429
3. Improbidade administrativa.....	429
3.1. Conceito de patrimônio público	429
3.2. Definição	429
3.3. Lei de Improbidade Administrativa.....	429
3.4. Responsabilidade subjetiva do administrador público.....	429

3.5. Responsabilidade objetiva do administrador público	429
3.6. Características dos atos de improbidade administrativa	429
3.6.1. Natureza civil dos atos de improbidade administrativa.....	430
3.6.2. Responsabilidade civil e penal.....	430
3.6.3. Necessidade de tipificação em lei federal.....	430
3.7. Irretroatividade da lei de improbidade	430
3.8. Controle interno dos atos de improbidade	430
3.9. Controle legislativo dos atos de improbidade	430
3.10. Controle judicial dos atos de improbidade	430
3.11. Sujeito ativo da improbidade administrativa	430
3.12. Sujeito passivo da improbidade administrativa.....	431
3.13. Atos de improbidade em espécie	431
3.13.1. Atos de improbidade que importam em enriquecimento ilícito (art. 9 ^o)	431
3.13.2. Atos de improbidade que causam prejuízo ao erário (art. 10)	432
3.13.3. Atos de improbidade que atentam contra os princípios da Administração Pública (art. 11)	433
3.14. Sanções por ato de improbidade administrativa	434
3.15. Forma e graduação das sanções	434
3.16. Aplicação das sanções	434
3.17. Representação administrativa.....	434
3.18. Representação ao Ministério Público.....	435
3.19. Instauração de procedimento administrativo.....	435
3.20. Medidas cautelares	435
3.21. Ação judicial por ato de improbidade	435
3.22. Transação, acordo ou conciliação.....	435
3.23. Intervenção do órgão público lesado	436
3.24. Atuação do Ministério Público como <i>custos legis</i>	436
3.25. Ação de improbidade e foro privilegiado	436
3.26. Destinação das verbas apuradas na ação.....	436
3.27. Prescrição	436
3.28. Imprescritibilidade	436
4. Aspectos criminais da improbidade administrativa.....	436
4.1. Ausência de tipicidade específica.....	436
4.2. Principais tipos legais do Código Penal em vigor, relativos à improbidade administrativa	438
4.2.1. Conceito de funcionário público para os efeitos penais	438

4.2.2. Funcionário público por equiparação	438
4.2.3. Casos de aumento de pena	439
4.2.4. Peculato	439
4.2.5. Emprego irregular de verbas ou rendas públicas	441
4.2.6. Concussão	441
4.2.7. Corrupção passiva	442
4.2.8. Prevaricação	443
4.2.9. Condescendência criminosa	444
27. Infrações Penais de Repercussão Interestadual ou Internacional – Lei n. 10.446/2002	445
28. Interceptação de Comunicações Telefônicas – Lei n. 9.296/96	448
29. Juizado Especial Criminal – Leis n. 9.099/95 e 10.259/2001	459
1. Previsão constitucional	459
2. Competência (em razão da matéria)	459
3. Princípios processuais	460
4. Concurso de crimes	460
5. Infrações tentadas e consumadas	461
6. Crime qualificado e causas de aumento de pena	461
7. Circunstâncias judiciais e agravantes	461
8. Crimes sujeitos a procedimento especial	461
9. Competência de foro	462
10. Citação	462
11. Citação por mandado	462
12. Citação por edital	462
13. Intimação	463
14. Necessidade de defensor	463
15. Lavratura do termo circunstanciado	463
16. Termo circunstanciado	464
17. Auto de prisão em flagrante	465
18. Violência doméstica	465
19. Adiamento da audiência preliminar	465
20. Ausência do autor do fato	466
21. Audiência preliminar	466
22. Título executivo	466
23. Representação verbal	466
24. Falta de representação	467

25. Arquivamento do termo circunstanciado	468
26. Transação	468
27. Ausência de proposta de transação pelo Ministério Público	468
28. Impossibilidade de proposta pelo juiz	469
29. Aplicação analógica do art. 28 do Código de Processo Penal	469
30. Aceitação da transação.....	469
31. Descumprimento da transação	469
32. Denúncia oral.....	470
33. Resposta prévia.....	470
34. Audiência de instrução e julgamento	471
35. Representação	471
36. Contravenção de vias de fato.....	472
37. Suspensão condicional do processo	472
38. Prazo e condições da suspensão	472
39. Iniciativa da proposta de suspensão condicional do processo	473
40. Aplicação analógica do art. 28 do Código de Processo Penal.....	473
41. Suspensão condicional na desclassificação e na procedência parcial	474
42. Revogação da suspensão	474
43. Extinção da punibilidade.....	475
44. Prescrição	475
30. “Lavagem” de Dinheiro – Lei n. 9.613/98	476
1. Legislação	476
2. Objetivo da lei	476
3. Conceito de lavagem de dinheiro	476
4. Fases da lavagem de dinheiro	477
5. Técnicas de lavagem	477
6. Objetividade jurídica da Lei n. 9.613/98	478
7. Crimes em espécie	478
8. Competência	480
8.1. Justiça Estadual	480
8.2. Justiça Federal	480
9. Questões processuais	480
9.1. Denúncia.....	480
9.2. Apreensão e sequestro dos bens.....	481
9.3. Delação premiada	482
9.4. Suspensão do processo (art. 366 do CPP)	483

9.5. Aumento de pena	483
31. Lei das Contravenções Penais – Decreto-Lei n. 3.688/41	484
32. Licitações – Lei n. 8.666/93	535
1. Noções gerais	535
2. Dos crimes e das penas	536
33. Meio Ambiente – Lei n. 9.605/98	546
1. Antecedentes da lei	546
2. Conceito de meio ambiente	546
3. Responsabilidade penal da pessoa física	546
4. Responsabilidade penal das pessoas jurídicas	547
5. A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas	548
6. Desconsideração da personalidade jurídica	548
7. Sanções aplicáveis às pessoas jurídicas	548
8. Liquidação forçada da pessoa jurídica	549
9. Aplicação da pena	549
10. Penas restritivas de direitos	549
11. Espécies de penas restritivas de direitos	549
12. Circunstâncias atenuantes e agravantes	549
13. Suspensão condicional da pena	550
14. Cálculo da multa	550
15. Ação penal	551
16. Competência	551
17. Transação	552
18. Suspensão condicional do processo	552
19. Crimes contra a fauna	553
20. Crimes contra a flora	555
21. Dos crimes de poluição e outros crimes ambientais	557
22. Dos crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural	558
23. Dos crimes contra a administração ambiental	559
24. Infrações administrativas	560
34. Ordem Tributária (Sonegação Fiscal) – Leis n. 8.137/90 e 4.729/65	561
Nota introdutória	561
1. Sujeito ativo	561
2. Concurso de pessoas	562
3. Sujeito passivo dos crimes de sonegação fiscal	562

4. Sonegação fiscal	562
5. Objetividade jurídica.....	562
6. Objeto material	562
7. Condutas	562
8. Elemento subjetivo.....	562
9. Consumação	563
10. Tentativa	563
11. Competência e ação penal.....	563
12. Representação fiscal	563
13. Autonomia da instância penal e esgotamento da via administrativa.....	564
14. Extinção da punibilidade.....	566
15. Parcelamento do débito.....	567
16. Impossibilidade de pagar o tributo	569
17. Delação premiada	569
18. Crimes em espécie.....	570
18.1. Supressão ou redução de tributo ou contribuição social ou qualquer acessório.....	570
18.2. Omissão de informação ou prestação de declaração falsa às autoridades fazendárias	570
18.3. Fraude à fiscalização tributária	571
18.4. Falsificação ou alteração de documento relativo a operação tributável	571
18.5. Elaboração, distribuição, fornecimento, emissão ou utilização de documento falso ou inexo	572
18.6. Negativa ou ausência de fornecimento de nota fiscal ou fornecimento em desacordo com a legislação	572
18.7. Falta de atendimento da exigência da autoridade	573
18.8. Declaração falsa ou omissão de declaração	574
18.9. Omissão no recolhimento de valor de tributo ou contribuição social	574
18.10. Exigência, pagamento ou recebimento de percentagem sobre a parcela de imposto ou contribuição.....	576
18.11. Omissão ou aplicação indevida de incentivo fiscal ou parcelas de imposto.....	576
18.12. Utilização ou divulgação indevida de programa de processamento de dados ..	577
35. Parcelamento do Solo Urbano – Lei n. 6.766/79	579
1. Noções preliminares	579
2. Dos crimes em espécie	580
36. Pessoas Portadoras de Deficiência – Lei n. 7.853/89	585
1. Noções gerais	585
2. Dos crimes e das penas na Lei n. 7.853/89.....	587

37. Prisão Temporária – Lei n. 7.960/89	591
1. Noções gerais	591
2. Hipóteses legais.....	591
38. Proibição de Exigência de Atestado de Gravidez e Esterilização – Lei n. 9.029/95	598
1. Noções gerais	598
2. Proibição de práticas discriminatórias.....	598
3. Crimes em espécie	599
4. Infrações administrativas	600
39. Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso de Armas Químicas – Lei n. 11.254/2005	602
1. Noções gerais	602
2. Crimes em espécie	603
40. Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – Lei n. 9.807/99.....	604
41. Proteção da Propriedade Intelectual de Programa de Computador – Lei n. 9.609/98	613
1. Conceito legal de programa de computador.....	613
2. Dos crimes e das penas	614
42. Relações de Consumo – Lei n. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor	618
1. Legislação.....	618
2. Noção.....	618
3. Sujeito ativo	618
4. Sujeito passivo dos crimes contra as relações de consumo	618
4.1. Sujeito passivo primário.....	618
4.2. Sujeito passivo secundário	619
5. Objeto jurídico	619
6. Conduta típica	619
7. Objeto material.....	619
8. Elemento subjetivo.....	619
9. Natureza jurídica dos crimes contra a relação de consumo.....	619
10. Crimes contra as relações de consumo na legislação penal	620
10.1. Crimes no próprio Código Penal	620
11. Crimes contra a ordem econômica, tributária e relações de consumo (Lei n. 8.137/90)	620
12. Crimes contra a relação de consumo no Código de Defesa do Consumidor.....	620
13. Substância avariada (art. 62)	621
14. Omissão de dizeres ou sinais ostensivos sobre a nocividade ou periculosidade de produtos (art. 63)	622
15. Omissão na comunicação de nocividade ou periculosidade de produtos (art. 64)....	623

16. Execução de serviço de alto grau de periculosidade (art. 65)	623
17. Propaganda enganosa (art. 66).....	624
18. Publicidade enganosa (art. 67).....	625
19. Publicidade capaz de induzir o consumidor (art. 68)	625
20. Omissão na organização de dados que dão base à publicidade (art. 69)	626
21. Emprego de peças ou componentes de reposição usados (art. 70)	626
22. Cobrança vexatória (art. 71).....	626
23. Impedimento de acesso às informações do consumidor (art. 72).....	627
24. Omissão na correção de informações inexatas (art. 73).....	627
25. Omissão na entrega de termo de garantia (art. 74)	628
26. Concurso de pessoas (art. 75)	628
27. Circunstâncias agravantes (art. 76)	629
28. Pena de multa (art. 77)	629
29. Penas restritivas de direitos (art. 78)	629
30. Fiança (art. 79)	630
31. Outras disposições processuais (art. 80)	630
32. Juizado Especial Criminal	630
43. Remoção de Órgãos, Tecidos e Partes do Corpo Humano – Lei n. 9.434/97	631
1. Introdução	631
2. Dos crimes e das penas	632
44. Responsabilidade Criminal por Atos Relacionados com Atividades Nucleares – Lei n. 6.453/77.....	639
1. Noções gerais	639
2. Dos crimes em espécie	639
45. Sistema Financeiro Nacional -- Lei n. 7.492/86.....	646
1. Conceito de instituição financeira para efeitos penais	646
2. Crimes em espécie	646
2.1. Impressão ou publicação não autorizadas.....	646
2.1.1. Material de propaganda	647
2.2. Divulgação falsa ou incompleta de informação.....	647
2.3. Gestão fraudulenta ou temerária	648
2.4. Apropriação indébita e desvio de recursos	649
2.4.1. Figura equiparada.....	650
2.5. Sonegação de informação	650
2.6. Emissão, oferecimento ou negociação irregular de títulos ou valores mobiliários	651

2.7. Exigência de remuneração acima da legalmente permitida	651
2.8. Fraude à fiscalização ou ao investidor	652
2.9. Documentos contábeis falsos ou incompletos	653
2.10. Contabilidade paralela	654
2.11. Omissão de informações	654
2.12. Desvio de bem indisponível.....	655
2.13. Apresentação de declaração ou reclamação falsa.....	656
2.14. Manifestação falsa.....	656
2.15. Operação desautorizada de instituição financeira	657
2.16. Empréstimo a administradores ou parentes e distribuição disfarçada de lucros.	657
2.17. Violação de sigilo bancário	658
2.18. Obtenção fraudulenta de financiamento	659
2.19. Aplicação irregular de financiamento.....	660
2.20. Falsa identidade	660
2.21. Evasão de divisas	661
2.22. Prevaricação financeira	662
3. Responsabilidade penal	663
3.1. Sujeito ativo	663
3.2. Delação premiada	665
4. Ação penal	665
5. Comunicação da existência de crime.....	665
6. Sigilo bancário e Ministério Público.....	666
7. Prisão preventiva	666
8. Fiança e apelo em liberdade	666
9. Pena de multa	667
46. Tortura – Lei n. 9.455/97.....	668
1. Noções gerais	668
2. Análise do tipo penal	668
3. Crimes em espécie	669
4. Crime de tortura impróprio.....	672
5. Tortura qualificada pelo resultado.....	673
6. Causas de aumento de pena.....	674
7. Efeito automático da condenação	674
8. Fiança, graça e anistia	674
9. Regime inicial fechado.....	675
10. Extraterritorialidade	676

47. Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Lei n. 11.340/2006	677
1. Antecedentes da “Lei Maria da Penha”	677
2. Constituição Federal e proteção dos vulneráveis	677
3. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher	678
4. Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher	679
5. Da violência doméstica e familiar contra a mulher	682
6. Formas de manifestação da violência doméstica e familiar contra a mulher	683
7. Sujeito ativo da violência doméstica e familiar	683
8. Sujeito passivo da violência doméstica e familiar	683
9. Medidas integradas de proteção	684
10. Medidas administrativas gerais reagentes	684
11. Medidas de natureza policial	685
12. Medidas de natureza judicial	687
13. Medidas protetivas de urgência à ofendida	688
14. Crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência	688
15. Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	689
16. Violência doméstica e familiar contra a mulher e a Lei n. 9.099/95	690
17. Ação penal	691
18. Prisão preventiva do agressor	692
19. Vedação de pena de cestas básicas e outras	693
20. Atuação do Ministério Público	693
21. Alterações no Código Penal, no Código de Processo Penal e na Lei de Execução Penal	694
21.1. Alterações no Código Penal	694
21.2. Alterações no Código de Processo Penal	694
21.3. Alterações na Lei de Execução Penal	694
22. Assistência judiciária à mulher em situação de violência doméstica e familiar	695
48. Terrorismo – Lei n. 13.260/2016	696
1. Introdução	696
2. Terrorismo e manifestações sociais	697
3. Crimes de terrorismo	697
3.1. Organização terrorista	697
3.2. Atos preparatórios de terrorismo	698
3.3. Auxílio e treinamento a terroristas	699
3.4. Financiamento do terrorismo	699
3.5. Causas de aumento de pena	700
3.6. Desistência voluntária e arrependimento eficaz	700
4. Disposições processuais	700

49. Tráfico de Pessoas – Lei n. 13.344/2016	702
1. Introdução	702
2. Breve histórico do tráfico de seres humanos	704
2.1. A escravidão em Roma	705
2.2. A evolução da escravidão	706
3. O tráfico de seres humanos como expressão do crime organizado transnacional	706
4. A Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	708
5. A nova legislação brasileira	710
6. Prevenção, repressão e assistência às vítimas	711
7. Novo tipo penal – tráfico de pessoas	712
8. Disposições processuais	714
9. Acréscimos ao Código de Processo Penal – arts. 13-A e 13-B	715
50. Crimes contra a Pessoa com Deficiência – Lei n. 13.146/2015	717
1. Introdução	717
2. Crimes em espécie	717
2.1. Induzimento ou instigação a discriminação de pessoa com deficiência	717
2.2. Apropriação ou desvio de bens ou rendimentos de pessoa com deficiência	719
2.3. Abandono de pessoa com deficiência	719
2.4. Retenção indevida de cartão magnético ou outro documento	720